

Programas de Primeira Infância e Indicadores Escolares

FABRICIO SANTOS¹;

CAIO CESAR ROSTIROLLA²;

VICTOR GABRIEL ANTUNES BUTTIGNON³

FELIPE GARCIA RIBEIRO(4);

Universidade Federal de Pelotas – fabricio.sr95@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas - caiocesarrostirolla@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas - victorbuttignon@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – felipe.garcia.rs@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a incumbência de revelar através dos dados do programa Primeira Infância Melhor (PIM) resultados relevantes sobre a Taxa de Evasão Escolar do Ensino fundamental de crianças dos municípios do Rio Grande do Sul entre os anos de 2007 a 2012.

O Programa Primeira Infância Melhor (PIM) foi criado em 2003 no Estado do Rio Grande do Sul e visa promover o desenvolvimento adequado de habilidades cognitivas e socioemocionais na primeira infância; logo, se entende respeitar a atuação dos períodos críticos em cada etapa da primeira infância para formação de cada habilidade desde os primeiros momentos da vida. É um programa que envolve a cooperação de diversas secretarias e especialistas em desenvolvimento infantil em diversas áreas (educação, saúde, psicologia, nutrição, etc.).

A implementação do PIM em seu início cobria 9% dos 496 municípios do Estado do Rio Grande do Sul em 2003. Desde 2011, metade dos municípios gaúchos já tinham a cobertura do programa. Contudo, o percentual de crianças beneficiadas pelo programa é abaixo do esperado, contando com uma cobertura populacional anual menor do que 7% do total de crianças com idade entre 0 e 6 anos.

Segundo (Cunha e Heckman 2007), o ambiente que cerca a criança é de extrema importância para o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional. A pobreza e vulnerabilidade social das famílias faz com que as crianças enfrentem vários problemas, sendo restringidas de tempo e de crédito, que acaba resultando em menor interação entre pais e crianças, menor conexão afetiva e menor cuidado com o desenvolvimento da criança.

Neste sentido, políticas públicas direcionadas à primeira infância que visam complementar a atenção, dar os cuidados das famílias pobres com seus filhos, acompanhando a saúde e até mesmo criar condições melhores para permanência de crianças e jovens em salas de aulas, afim de evitar o problema da evasão, podem contribuir para o desenvolvimento das importantes habilidades responsáveis por bons resultados na vida futura da criança.

O trabalho original desenvolvido sob a coordenação de Ribeiro, F. G. teve a principal missão de avaliar a sinergia entre os programas de políticas públicas: (PCF) Programa Criança Feliz (similar ao PIM já com expansão e maior abrangência em território nacional), o próprio PIM e os beneficiários do (CPBF) Cobertura do Programa Bolsa Família, grupos estes correlacionados quanto a questões de vulnerabilidade social e igualmente participantes de um ou mais destes programas.

O objetivo deste trabalho, contudo, visa mostrar resultados que importam quantos aos efeitos gerados pelo PIM nas taxas de evasão escolar em dados períodos de tempo em que um município X tomou a intervenção do programa com uma taxa de 70% ou mais de cobertura do programa (nº de famílias beneficiadas/nº de famílias elegíveis inscritas no CadÚnico) e também a sinergia com outros programas.

2. METODOLOGIA

A proposta metodológica desse estudo, é estimar modelos econométricos para dados em painel com efeitos fixos referentes dos 496 municípios do Rio Grande do Sul, abrangendo os anos de 2007 a 2012. Para identificar os impactos dos programas, foi aplicada a sequência do PIM nos municípios assim como o tempo de exposição destes no programa. A taxa de evasão de escolar é a variável dependente em questão do estudo tratado. As variáveis de intervenção variam de acordo com as especificações a serem estimadas. Naquelas que tentam capturar efeitos heterogêneos do tempo exposição ao programa, a participação de cada município no PIM é medida por meio de quatro situações: (i) o município não estava no programa no ano t; (ii) o município esteve exposto ao PIM de 1 a 3 anos no ano t; (iii) o município esteve exposto ao PIM de 4 a 6 anos no ano t; e (iv) o município esteve exposto ao PIM durante 7 anos ou mais no ano t. A escolha dessas faixas se baseia no estudo de Ribeiro et al (2018).

As informações de execução do PIM nos municípios foram obtidas com a coordenação do programa, na Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, ao qual revelou o ano de entrada de cada município no PIM do início do programa até 2012. Já as informações sobre a cobertura do PBF nos municípios foram obtidas através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do CadÚnico. Logo, precisou-se restringir a análise para o período de 2007 a 2012. Os dados sobre número de escolas e professores foram coletados do Censo Escolar (INEP). As informações referentes ao PIB municipal, população e população por sexo e faixas etárias foram obtidas respectivamente por meio da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 nos revela alguns resultados significativos das taxas de Evasão Escolar no Ensino Fundamental por séries, sendo estas a partir do 2º até o 6º ano, conforme a modalidade de intervenção dos programas de cobertura, abordando os efeitos individuais do PIM e do CPBF (Bolsa Família) e posteriormente os efeitos sinérgicos entre os programas. O 2º ano do ensino fundamental, no modelo atual, é referente a 1ª série do modelo antigo, onde crianças entram na escola a partir dos 7 anos de idade.

Dado que o período de realização do PIM nos municípios varia de 1 a 3; 4 a 6 e de 7 anos ou mais conforme a escala e lembrando que o programa acompanha crianças de 0 a 6 anos, é racional entendermos que a criança no 2º ano por exemplo, foi assistida pelo programa na escala PIM 1 a 3 em média, desde os seus 3 anos de idade até completar os 6. Nesse exemplo, o resultado de -0.2253*** (significativo a 1% na tabela) se mostra um resultado considerável e relevante comparado a um grupo de crianças que não contaram com a intervenção. O mesmo raciocínio se repete para as demais taxas presentes na tabela 1.

Tabela 1 – Taxa de Evasão Escolar do Ensino Fundamental por Série

Variável de	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano
Intervenção					
PIM1a3	-0.2253** (0.1127)	-0.1014 (0.1063)	-0.1614 (0.1248)	-0.0513 (0.1430)	-0.0835 (0.2286)
PIM4a6	-0.5654*** (0.1260)	-0.4908*** (0.1188)	-1.0175*** (0.1395)	-0.1734 (0.1599)	-1.3536*** (0.2556)
PIM7mais	-0.6340*** (0.1498)	-0.6325*** (0.1413)	-1.1303*** (0.1659)	-0.1402 (0.1902)	-1.4361*** (0.3040)
CPBF	-0.0028 (0.0029)	0.0023 (0.0027)	0.0025 (0.0032)	-0.0025 (0.0037)	0.0024 (0.0059)
PIM1a3*CPBFalta	-0.2621** (0.1238)	-0.3307*** (0.1171)	-0.3667*** (0.1371)	-0.0385 (0.1572)	-0.1065 (0.2512)
PIM4a6*CPBFalta	0.1976 (0.1270)	0.0877 (0.1198)	0.1707 (0.1406)	-0.0079 (0.1612)	0.3517 (0.2577)
PIM7+*CPBFalta	0.1308 (0.2979)	0.0765 (0.2809)	-0.4928 (0.3299)	-0.6453* (0.3783)	0.1271 (0.6045)
R-sq:					
Within	0.4231	0.3301	0.3803	0.2671	0.4166
Between	0.2046	0.0029	0.0567	0.1769	0.0438
Overall	0.0074	0.0062	0.0455	0.1051	0.0530
Municípios	2,963	2,964	2,965	2,965	2,965
Observações	496	496	496	496	496

Fonte: elaboração própria.

Erro-padrão robustos em parênteses

***p<0.01, **p<0.05, *p<0.10

4. CONCLUSÕES

Foi desenvolvida a combinação da heterogeneidade do tempo de exposição no PIM e da cobertura do CPBF nos municípios do Rio Grande do Sul através do uso do método de efeitos fixos, com o objetivo de estimar o impacto individual dos programas e a sinergia dos mesmos sobre as taxas de evasão escolar do ensino fundamental.

Intervenções na primeira infância não se limitam apenas ao fornecimento de cuidados de saúde e status nutricional. Nesse sentido, os resultados sobre evasão vão de encontro com a ideia esperada, ou seja, a redução da evasão nas salas de aula pode ser atribuída pelos melhores cuidados e atenção que as crianças começaram a receber ao participarem do PIM e do PBF. No caso do PIM, se sabe pouco sobre os seus efeitos de curto e de longo prazo. Assim, estudar a sinergia de efeitos do PBF com programas como o PIM deve fazer parte da agenda de pesquisadores de desenvolvimento econômico. Levamos em conta que a viabilidade dessas pesquisas se confrontam na escassez de informações sobre os programas. Essa condição dá a motivação necessária para recomendar que as pesquisas amostrais e dos censos da população brasileira possam registrar de forma mais livre as informações dessas políticas sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cunha, F., e Heckman, J. 2007. “The technology of skill formation”. *American Economic Review*, 97(2), 31-47. Duncan, G. J., e Sojourner, A. J. 2013. “Can intensive early childhood intervention programs eliminate income-based cognitive and achievement gaps?” *Journal of Human Resources*, 48(4), 945-968.

Ribeiro, F. G., Braun, G., Carraro, A., Teixeira, G. D. S., e Gigante, D. P. 2018. “An empirical assessment of the Healthy Early Childhood Program in Rio Grande do Sul State, Brazil”. *Cadernos de saude publica*, 34, e00027917.

Currie, J., e Almond, D. 2011. “Human capital development before age five”. *In Handbook of labor economics* (Vol. 4, pp. 1315-1486). Elsevier.